



Delphina Aziz

OZN HEALTH SPE S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e Administradores da
OZN Health SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OZN Health SPE S.A. (“OZN” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZN Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas

Por que é um PAA

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 17 às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de parcerias público-privadas são de R\$233.680 mil e o ativo financeiro é de R\$476.491 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão ("TIR"), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos.
- ii) Leitura do contrato de concessão e recálculo da modelagem aplicável e os respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro.
- iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de abril de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OZN HEALTH SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.274	36.930	Fornecedores	10	11.184	4.831
Contas a receber	5	46.313	74.579	Operação de Confirming	10	11.832	13.182
Aplicações financeiras	4	3.510	-	Debêntures	14	746	-
Impostos a recuperar	6	16.284	3.944	Empréstimos e financiamentos	13	-	46.137
Ativo financeiro	7	82.877	73.592	PIS e COFINS Diferidos	11	-	4.762
Partes relacionadas	8	16.000	-	Impostos e contribuições a recolher	11	5.657	2.543
Outros ativos		590	454	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	1.175	1.800
Total do ativo circulante		<u>178.848</u>	<u>189.499</u>	Obrigações trabalhistas		2.822	2.235
				Dividendos propostos	16	46.318	18.181
				Outros passivos		98	404
				Total do passivo circulante		<u>79.832</u>	<u>94.075</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	184.000	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	40	13
Outros ativos		19	429	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	130.552	109.779
Aplicações financeiras	4	200	9.304	Debêntures	14	412.215	-
Impostos a recuperar	6	73.336	5.547	Empréstimos e financiamentos	13	-	83.499
Ativo financeiro	7	393.614	393.280	Impostos e contribuições a recolher	11	534	823
Intangível	9	123.012	137.810	PIS e COFINS Diferidos	11	-	38.494
Total do ativo não circulante		<u>774.181</u>	<u>546.370</u>	Outros passivos		-	101
				Total do passivo não circulante		<u>543.341</u>	<u>232.709</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	235.908	235.908
				Reserva legal	16	32.207	22.456
				Reserva de lucros	16	61.741	150.721
				Total do patrimônio líquido		<u>329.856</u>	<u>409.085</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>953.029</u>	<u>735.869</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>953.029</u>	<u>735.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	233.680	232.553
Custo de serviço prestado	18	(58.871)	(54.764)
LUCRO BRUTO		174.809	177.789
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(50.975)	(45.537)
Outras despesas (receitas) operacionais	18	100.829	498
		49.854	(45.039)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		224.663	132.750
Receita financeira	19	23.813	4.150
Despesa financeira	19	(12.118)	(17.184)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		11.695	(13.034)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		236.358	119.716
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(20.563)	(31.260)
Diferido	20	(20.773)	(11.905)
		(41.336)	(43.165)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		195.022	76.551
Resultado básico e diluído por ação	21	2,06	0,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	195.022	76.551
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>195.022</u>	<u>76.551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		235.908	18.628	105.179	-	359.715
Lucro líquido do exercício		-	-	-	76.552	76.552
Distribuição de dividendos intermediários	16	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Constituição de reserva legal	16	-	3.828	-	(3.828)	-
Constituição de dividendos	16	-	-	-	(18.182)	(18.182)
Constituição de retenção de lucros	16	-	-	54.542	(54.542)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		235.908	22.456	150.721	-	409.085
Lucro líquido do exercício		-	-	-	195.023	195.023
Distribuição de dividendos intermediários	16	-	-	(150.721)	-	(150.721)
Distribuição de dividendos intercalares	16	-	-	(32.812)	-	(32.812)
Constituição de reserva legal	16	-	9.751	-	(9.751)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(46.318)	(46.318)
Constituição de retenção de lucros	16	-	-	138.954	(138.954)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	(44.401)	-	(44.401)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		235.908	32.207	61.741	-	329.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		236.358	119.716
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	7	(96.644)	(99.582)
Amortização de ativo intangível	9	14.798	14.798
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	13 e 14	11.113	16.641
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS e atualização monetária	6	(78.475)	-
Ajuste a valor presente	18	(845)	(498)
Provisão e reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	27	(270)
Bônus de adimplência	13	(2.103)	(1.320)
Estorno de PIS e COFINS diferidos	11	(44.293)	-
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		<u>39.936</u>	<u>49.485</u>
Variação no capital circulante:			
Contas a receber	5	29.150	(619)
Impostos a recuperar	6 e 27	(13.456)	(11.943)
Ativo financeiro	7	95.362	89.458
Outros ativos e passivos		904	(147)
Fornecedores e prestadores de serviços	9	6.353	(165)
PIS e COFINS diferidos		-	1.639
Obrigações trabalhistas		587	(204)
Impostos a recolher	11	(985)	(158)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES		<u>157.852</u>	<u>127.346</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(9.386)	(25.726)
Pagamento de juros sobre financiamento	12	(20.766)	(17.703)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>127.699</u>	<u>83.917</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(8.338)	(10.076)
Partes Relacionadas	8	(200.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(208.338)</u>	<u>(10.076)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Operação de Confirming	10	(1.389)	3.510
Dividendos pagos	16	(201.713)	(9.000)
Juros sobre capital próprio pagos	16	(40.591)	-
Amortização principal de empréstimos	13	(117.134)	(50.829)
Ingresso de Debênture e financiamentos	14	412.215	-
Aplicação depósitos vinculados	4	5.594	307
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>56.982</u>	<u>(56.012)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(23.656)</u>	<u>17.829</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	36.930	19.101
Caixa e equivalentes no final do exercício	3	13.274	36.930
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		<u>(23.656)</u>	<u>17.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
	<u>300.300</u>	<u>244.362</u>
RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE	243.682	243.762
Outras receitas	56.618	600
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(72.198)</u>	<u>(65.559)</u>
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(46.657)	(47.712)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.541)	(17.847)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>228.102</u>	<u>178.803</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.	<u>(14.798)</u>	<u>(14.798)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>213.304</u>	<u>164.005</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>23.813</u>	<u>4.150</u>
Outras transferências recebidas	23.813	4.150
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>237.117</u>	<u>168.155</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>237.117</u>	<u>168.155</u>
Pessoal	<u>16.297</u>	<u>14.597</u>
Remuneração direta	12.665	11.371
Benefícios	2.599	2.250
FGTS	1.033	976
Impostos, taxas e contribuições	<u>13.390</u>	<u>59.489</u>
Federais	1.712	48.361
Municipais	11.678	11.128
Remuneração de capitais de terceiros	<u>12.407</u>	<u>17.517</u>
Juros	12.118	17.184
Aluguéis	273	313
Outros	16	20
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	<u>195.023</u>	<u>76.552</u>
Dividendos	<u>46.318</u>	<u>18.182</u>
Lucros retidos / prejuízos do exercício	<u>148.705</u>	<u>58.370</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OZN Health SPE S.A. (“Companhia”) (Anteriormente Zona Norte Engenharia Manutenção e Gestão de Serviços S.A. SPE) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede na Av. Torquato Tapajós, nº 9.250, Colônia Terra Nova, Manaus - AM. A Companhia foi constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A., a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo BTG PACTUAL INFRA SOCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTISTRATÉGIA.

A Companhia não realizou, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 2.7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.5.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada e de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 15.

2.5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.5.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo

2.6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.

2.6.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.6.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.6.5 Intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

2.6.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.6.7 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.6.8 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.6.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.6.10 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada exercício.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de financiamentos, debentures e operações de Confirming da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.6.11 Resultado por ação

O resultado por ação é cálculo por meio do lucro por ação básico, que é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.6.12 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.6.14 Informações por segmento

As informações por segmento de negócio são apresentadas na nota explicativa nº 25 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

2.6.15 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS Accounting Standards.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros da controlada, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.6 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um exercício contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 1 / CPC 26 (R1) - Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40 - Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis
- Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”
- Alterações ao CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

2.7 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025

- IFRS 18 - Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19
- OCPC10: A OCPC 10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e tornou-se obrigatória para Companhias abertas em 1 de janeiro de 2025. A OCPC 10 foi desenvolvida em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CPC, com o objetivo de: (i) Estabelecer um tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema.

Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	41	1.163
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	13.233	35.767
	13.274	36.930

- (a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras mantidas no ativo não circulante referem-se à garantia dada pela Companhia junto às instituições financeiras Banco Santander e Banco da Amazonia e atualizado a 4,15% a.a., relativo à contratação das cartas-fiança.

	31/12/2024	31/12/2023
BASA (i)	2.541	8.249
Santander (ii)	1.169	1.055
	<u>3.710</u>	<u>9.304</u>
Circulante	3.510	-
Não circulante	200	9.304

- (i) Referem-se às contas reservas atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BASA, que conforme Cláusula 6°. Inciso III, ii e iii (BNDES) e Cláusula 9°. Inciso V, I e II (BASA), exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida (o serviço da dívida é o total dos juros pagos e o principal de uma dívida) e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção (O&M). Em 2024 ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas, onde a obrigação de constituição da reserva foi extinta. O saldo atual refere-se somente a títulos de capitalizações junto à instituição financeira.
- (ii) O valor mantido no ativo não circulante atua como garantia ("Cash Colateral") dada pela Companhia junto ao banco Santander, relativo à contratação de instrumento particular de constituição de garantia fiança nº 180118021 e 180117921, visando garantir os Contratos de financiamentos vigentes.

Em 2024, ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas na nota explicativa nº 13, de modo que a obrigação de constituição das garantias, foram extintas. Sendo assim, em 2024 estas aplicações financeiras não são mais consideradas garantias.

5 CONTAS A RECEBER

Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à operação do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestação pública	46.300	75.455
Receitas acessórias	13	8
Ajuste a valor presente	-	(884)
	<u>46.313</u>	<u>74.579</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a Vencer	35.742	17.117
Vencidos		
De 1 a 30 dias	13	17.126
Acima de 360 dias (i)	10.558	41.220
	46.313	75.463

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão, dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente o direito do recebimento é incontestável. A Companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas.

- (i) No Ano de 2024 ocorreu o recebimento de 3 contraprestações, que estavam em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. Os R\$10.558 remanescentes foram recebidos em 31/01/2025.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS (a)	85.532	5.547
IRPJ/CSLL a Compensar anos Anteriores	3.070	2.967
Outros	1.018	977
	89.620	9.491
Circulante	16.284	3.944
Não Circulante	73.336	5.547

- a) Em maio de 2022 a Companhia ingressou com ação judicial para a suspensão do pagamento de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, esta ação se deu pela tese da Companhia estar na Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, a decisão transitou em julgado a favor da Companhia e com isto os valores pagos de PIS e COFINS dos exercícios de 2017 a 2024 foram reconhecidos como um crédito tributário, passível de utilização para compensação dos demais tributos administrados pela Receita Federal. O valor total do crédito reconhecido ao longo do ano de 2024 foi de R\$78.475.

7 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2023	446.672
Recebimentos	(89.458)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	99.582
Adições	10.076
Saldo em 31 de dezembro de 2023	466.872
Circulante	73.592
Não Circulante	393.280
Saldo em 1 de janeiro de 2024	466.872
Recebimentos	(95.362)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	96.644
Adições	8.337
Saldo em 31 de dezembro de 2024	476.491
Circulante	82.877
Não Circulante	393.614

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$ 476.491 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 466.872 em 31 de dezembro de 2023) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneraram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 96.644 (R\$ 99.582 em 31 de dezembro de 2023), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

(*) Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 4,41% em 2024 e 5,72% em 2023, comparado com o ano anterior houve uma variação negativa de 1,31%.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

8 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R\$200.000 (duzentos milhões de reais) na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuária (**OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.**), corrigido a 100% (cem por cento) da taxa CDI, acrescida de 2% a.a. (dois por cento ao ano), a serem calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

Partes Relacionadas	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2024	31/12/2023
OPY HEALTH	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 2% a.a.	200.000	200.000	-
					200.000	200.000	0
Circulante						16.000	-
Não Circulante						184.000	-

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	<u>Relação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado			
Custo dos serviços prestados			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(8.166)	(6.918)
Opy Serviços Hospitalares S.A (ii)	Parte relacionada	(5.283)	(4.822)
		<u>(13.449)</u>	<u>(11.740)</u>

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.

	<u>Dividendos a pagar</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	46.318	18.181
	<u>46.318</u>	<u>18.181</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração é paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados, referindo-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários. Não houve pagamento de tais benefícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O pessoal chave da administração está alocado na OPY Serviços Hospitalares S.A. Tais gastos são repassados à OZN, por meio de rateio de despesas, os quais foram elencados no quadro acima

9 INTANGÍVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2024

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2023	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(127.488)
Amortização do exercício	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(142.286)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2023	137.810
Em 31 de dezembro de 2024	123.012

Direito de uso de concessão 2023

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(112.690)
Amortização do exercício	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(127.488)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2022	152.608
Em 31 de dezembro de 2023	137.810

10 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de confirming (a)	12.615	14.004
Ajuste valor presente - Confirming	(783)	(822)
Fornecedores – terceiros	11.184	4.831
	23.016	18.013

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

- (a) A Companhia possui convênios de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “operações de confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,20% a.m., e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os prazos e valores acordados na transação comercial, as quais possuem condições comerciais diferenciadas e, portanto, são classificadas como atividade de financiamento no fluxo de caixa. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos e demais condições dos contratos. O principal motivo da transação é para que a antecipação do recebível seja uma alternativa de recebimento para o fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação das operações de confirming

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
	14.004	29.086	(30.475)	12.615
Total	14.004	20.942	(23.274)	12.615

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
	10.495	28.802	(25.293)	14.004
Total	10.495	28.802	(25.293)	14.004

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Pis a recolher	-	298
COFINS a recolher	-	1.372
Pis e COFINS a recolher (i)	754	1.065
IOF a recolher (ii)	3.684	-
Outros impostos	1.753	631
	6.191	3.366
Circulante	5.657	2.543
Não circulante	534	823

- (i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$ 13.745 mil (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de 105 parcelas, restando 41 parcelas a serem pagas mensalmente.
- (ii) IOF a recolher referente ao mútuo. Os detalhes desta operação estão detalhados na nota explicativa nº 8.

Pis e COFINS Diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Pis e COFINS diferidos (i)	-	43.256
	-	43.256
Circulante	-	4.762
Não circulante	-	38.494

(i) A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2033. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro. Após o trânsito em julgado da ação mencionada na nota explicativa nº 6, o valor passou a não ser devido, diante dessa decisão o saldo de R\$44.293 foi revertido para resultado.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a Recolher	289	1.079
CSLL a Recolher	886	721
	<u>1.175</u>	<u>1.800</u>

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro 2023	1.079	720	1.800
Provisão impostos	15.042	5.521	20.563
Compensação impostos	(11.824)	-	(11.824)
Pagamento impostos	(4.008)	(5.355)	(9.364)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2024	289	886	1.175

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 20.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 24, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2024	31/12/2023
BASA	Financiamento com garantia (a)	15/12/2014	10/09/2028	7,6% e 8,24% a.a.	150.308	-	79.080
BNDDES	Financiamento com garantia (a)	15/07/2015	15/08/2027	TJLP +5,20% a.a.	54.001	-	28.671
VOTORANTIM	Aval do acionista	13/10/2020	13/01/2025	CDI + 3,50% a.a.	20.000	-	6.058
BOCOM	Aval do acionista	04/11/2020	04/01/2024	CDI + 2,90% a.a.	6.000	-	373
BASA	Aval do acionista	18/03/2021	10/03/2025	104 do CDI% a.a.	1.399	-	491
BANCO DO BRASIL	Aval do acionista	28/06/2021	15/06/2024	160% do CDI a.a.	20.000	-	4.025
BASA	Aval do acionista	20/07/2021	15/06/2024	104 do CDI% a.a.	8.000	-	1.552
VOTORANTIM	Aval do acionista	22/02/2022	24/02/2025	CDI + 3,50% a.a.	13.889	-	8.123
BOCOM	Aval do acionista	03/03/2022	04/03/2024	CDI + 2,90% a.a.	5.000	-	1.263
					<u>278.597</u>	<u>-</u>	<u>129.636</u>
Circulante						-	46.137
Não Circulante						-	83.499

- a) As garantias concedidas foram: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia tanto das detidas pelos acionistas da Companhia quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa 4 a Companhia possui reservas (e/ou cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme Cláusula 6º, (inciso III, itens ii e iii para BNDES) e cláusula 9º (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção. Em 2024 ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas, de modo que a obrigação de constituição da reserva foi extinta.

A movimentação dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

Instituição financeira	31/12/2023	Principal		Juros e encargos			31/12/2024
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	79.080	-	(70.410)	5.408	(2.113)	(11.965)	-
BNDES	28.671	-	(26.027)	2.859	(2)	(5.501)	-
VOTORANTIM	6.058	-	(6.019)	445	1	(485)	-
BOCOM	373	-	(369)	-	-	(4)	-
BASA	491	-	(494)	31	5	(33)	-
BANCO DO BRASIL	4.025	-	(4.002)	168	3	(194)	-
BASA	1.552	-	(1.548)	36	(3)	(37)	-
VOTORANTIM	8.123	-	(7.014)	659	4	(1.772)	-
BOCOM	1.263	-	(1.251)	15	2	(29)	-
	129.636	-	(117.134)	9.621	(2.103)	(20.020)	-

Instituição financeira	31/12/2022	Principal		Juros e encargos			31/12/2023
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	95.740	-	(14.820)	6.834	(1.303)	(7.371)	79.080
BNDES	34.394	-	(5.449)	3.679	-	(3.953)	28.671
VOTORANTIM	11.203	-	(5.093)	1.394	-	(1.446)	6.058
BOCOM	4.867	-	(4.428)	367	-	(433)	373
BASA	868	-	(396)	110	-	(91)	491
BASA	12.104	-	(8.004)	1.607	-	(1.682)	4.025
BASA	4.672	-	(3.096)	260	(17)	(267)	1.552
VOTORANTIM	13.942	-	(5.790)	1.851	-	(1.880)	8.123
BOCOM	5.057	-	(3.753)	539	-	(580)	1.263
	182.847	-	(50.829)	16.641	(1.320)	(17.703)	129.636

14 DEBÊNTURES

Em 26 de novembro de 2024 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirografária, no valor de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), pelo prazo de 7 anos, custo de DI + 3,50%, e com carência de 11 (ONZE) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento de contratos de financiamentos anteriores (BASA, BNDES, BANCO VOTORANTIN, no montante total de principal de R\$75.374 e de juros de R\$9.216), para pagamento de dividendos e Mútuo entre as partes da Companhia.

A operação teve carta fiança como garantia, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida do contrato de Debêntures junto ao agente Fiduciário (OliveiraTrust). Além disso, as garantias da operação são (i) Cessão Fiduciária dos direitos de recebimento creditório conforme cláusula 4 do Contrato de Concessão e (ii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) a presente Escritura de Emissão; (ii) os Contratos de Garantia “alienação de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios”; (iii) o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a Ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o rito de Registro Automático, da OZN Health SPE S.A.”, celebrado entre a Emissora, a Fiadora e determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) o Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário, “Contrato Serviços de Cauções e Outros”; (v) os demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da Emissão e da Oferta e (vi) os aditamentos a quaisquer dos documentos mencionados nos itens acima, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/12/2024	31/12/2023
Debentures	20/12/2024	26/11/2031	100% DI+3,5%a. a	420.000	412.961	-
Circulante (Principal)					746	-
Circulante (Custo emissão debentures)						-
					746	-
Não circulante (Principal)					420.000	-
Não circulante (custo emissão debentures)					(7.785)	-
					412.215	-
Total					412.961	-

Debêntures	Principal			Juros e encargos		31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	-	420.000	-	-	-	420.000
Juros Contrato	-	-	-	1.492	-	1.492
Amortização juros contrato	-	-	-	-	(746)	(746)
Custo com emissão debentures	-	-	-	(7.785)	-	(7.785)
	-	420.000	-	(6.293)	(746)	412.961

14.1. Covenants

O contrato da debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Os covenants são mensurados com base no "ICSD" (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e na razão da Dívida Líquida/EBITDA Cash.

O ICSD deverá ser calculado conforme a fórmula a seguir: $(EBITDA\ Cash - \text{Tributos (IR + CSLL pagos)}) / (\text{Principal e Juros pagos de empréstimos e financiamentos})$.

Em relação à Dívida Líquida, é representada pelo somatório de empréstimos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais, emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional e apenas o valor de operações de risco sacado que ultrapasse o montante total de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais).

Em relação ao "EBITDA Cash", é calculado em relação ao período de 12 (doze) meses anterior à respectiva data de apuração, o somatório: do lucro/prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) despesas de depreciação e amortização, (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Devem ser excluídos deste cálculo: (1) as receitas de remuneração de ativo financeiro, (2) as receitas de construção, baixas do ativo financeiro pela concessão ou pela remuneração, impostos sobre o ativo financeiro, e (3) custo de construção.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2 (um inteiro e 2 décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. A razão entre Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior a 3 (três).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2024	31/12/2023
ICSD	$\geq 1,2$	3,4	-
Dívida Líquida/EBITDA Cash	≤ 3	2,05	-

15 PROVISÕES PARA RISCOS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de configuração de doenças ocupacionais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023	Provisão	Reversão	31/12/2024
Trabalhista	13	40	(13)	40
Total	13	40	(13)	40

	31/12/2022	Provisão	Reversão	31/12/2023
Trabalhista	283	13	(283)	13
Total	283	13	(283)	13

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 235.908, representado por 94.500 mil de ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Em 08 de janeiro de 2024 foi aprovado em ato societário sobre distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da Companhia, calculados sobre as contas do patrimônio líquido apuradas em 31/12/2021 e 31/12/2022, no montante de R\$ 25.401, nos termos do §2º do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a distribuição e pagamento de dividendos com base em balanço levantado em 31/12/2022.

Em 08 de janeiro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante R\$ 629, nos termos do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 09 de janeiro de 2024.

Em 28 de fevereiro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante R\$ 7.700, nos termos do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 26 de fevereiro de 2024.

Em 28 de fevereiro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante R\$ 2.500, nos termos do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 27 de março de 2024.

Em 30 de abril de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante R\$ 7.000, nos termos do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 20 de abril de 2024.

Em 20 de junho de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante R\$ 7.500, nos termos do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 que foram pagos em 20 de junho de 2024.

Ainda em 27 de dezembro 2024, o mesmo ato aprova, o pagamento de dividendos no montante R\$ 10.200, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 27 de dezembro de 2024.

No mesmo ato, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, aprova os pagamentos de dividendos no montante R\$ 1.727, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 5.856 levantado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 8.316 levantado em 31 de dezembro de 2021, R\$ 29.545 levantado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 54.563 levantado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 62.490, R\$ 3.684 levantado em 31 de dezembro de 2024, todos pagos em 26 de dezembro 2024.

Conforme demonstrativo abaixo:

Data Pagamento	Ano Base	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
09/01/2024	2021/2022	25.401	-	25.401
09/01/2024	2022	-	629	629
26/02/2024	2022	-	7.700	7.700
27/03/2024	2022	-	2.500	2.500
20/04/2024	2022	-	7.000	7.000
20/06/2024	2022	-	7.500	7.500
29/11/2024	2021/2022	19.000	-	19.000
26/12/2024	2019	-	1.727	1.727
26/12/2024	2020	-	5.856	5.856
26/12/2024	2021	-	8.317	8.317
26/12/2024	2022	-	29.546	29.546
26/12/2024	2023	-	54.564	54.564
26/12/2024	2024	-	62.490	62.490
26/12/2024	2024	-	3.684	3.684
27/12/2024	2024	-	10.200	10.200
		44.401	201.713	246.114

Dividendos mínimos obrigatórios

Resultado do exercício	195.022
(-) Constituição da reserva legal	9.751
(=) Base distribuível	185.271
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	46.318
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2024	46.318

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva de Lucros		
Saldo início do exercício	150.271	105.179
Distribuição de dividendos intercalares	(32.812)	-
Distribuição de dividendos intermediários	(150.721)	(9.000)
Juros sobre capital próprio	(44.401)	-
Constituição de retenção de lucros	138.954	54.542
Saldo Final do exercício	61.741	150.721

17 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação (ii)	138.702	134.105
Receita de remuneração do ativo de concessão (i)	96.644	99.582
Receita de construção (iii)	8.338	10.075
Outras Receitas (iv)	81	102
Total de receitas	243.765	243.864
Impostos sobre serviços (v)	(10.085)	(11.311)
	(10.085)	(11.311)
Total da Receita Líquida	233.680	232.553

- (i) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 7 – Ativo financeiro.
- (ii) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondem ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. Receita de desenvolvimento da infraestrutura foi incorrida na fase de construção e apenas relacionada com a construção do hospital. Esta receita de desenvolvimento da infraestrutura foi reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra.
- (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.
- (iv) O imposto incidentes sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigentes é: Imposto sobre Serviços – ISS 5%.

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços de obra	(7.598)	(9.143)
Gasto com pessoal	(18.205)	(17.541)
Serviços de terceiros	(51.357)	(41.259)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(13.451)	(12.104)
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)
Consumíveis e outros	(2.112)	(3.451)
Ajuste a valor presente (a)	845	498
Despesa Tributária	(246)	(1.986)
Material de Serviços de Concessão	(3)	(19)
Crédito extemporâneo e estorno de PIS e COFINS diferidos (b)	97.908	-
	(9.017)	(99.803)
Custo de serviço prestado	(58.871)	(54.764)
Despesas gerais e administrativas	(50.975)	(45.537)
Outras receitas (despesas) operacionais	100.829	498

(a) Foi calculado e registrado ajustes a valor presente das operações de contas a receber quando consideradas relevantes esse cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos. Os juros foram sendo transferidos para o resultado, pelo regime de competência.

(b) Vide nota explicativa nº 6.

19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.763	2.830
Descontos obtidos	2.114	1.320
Outras Receitas Financeiras (a)	19.936	-
Total de receitas	23.813	4.150
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(11.115)	(16.641)
Outras despesas financeiras	(1.003)	(543)
Total das despesas	(12.118)	(17.184)
Resultado financeiro líquido	11.695	(13.034)

(a) Conforme notas explicativa nº 6, esta receita se refere a atualização monetária do tema.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	16.469	-
IRPJ e CSLL sobre diferenças diferimento da receita de construção	114.083	109.779
	130.552	109.779

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	236.358	119.716
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(80.362)	(40.703)
Juros Sobre Capital Próprio	15.096	-
Complemento IR CS apuração de exercício anterior	-	(2.022)
Reconhecimento de crédito extemporâneo	24.499	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	(569)	(440)
	(41.336)	(43.165)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(41.336)	(43.165)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(20.563)	(31.260)
Diferido	(20.773)	(11.905)
	(41.336)	(43.165)
Alíquota Efetiva	17%	36%

21 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui eventos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Resultado líquido do exercício	195.022	77.435
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	94.500	94.500
Resultado básico e diluído por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	2,06	0,81

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “input” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “inputs” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “inputs” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “input” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

31/12/2024					
	Valor Contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	41	13.233	13.274	41	-
Aplicações financeiras	-	3.710	3.710	-	-
Mútuo partes relacionadas	-	200.000	200.000	-	-
Contas a receber de clientes	-	46.313	46.313	-	-
Ativo financeiro	-	476.491	476.491	-	-
	3.751	739.747	739.788	41	-
Passivos					
Debentures	-	412.961	412.961	-	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	23.016	23.016	-	-
	-	435.977	435.977	-	-

31/12/2023					
	Valor Contábil			Valor Justo	Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.163	35.767	36.930	1.163	-
Aplicações financeiras	-	9.304	9.304	-	-
Contas a receber de clientes	-	75.463	75.463	-	-
Ativo financeiro	-	466.872	466.872	-	-
	1.163	587.406	588.569	1.163	-
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	-	129.636	129.636	-	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	18.013	18.013	-	-
	-	147.649	147.649	-	-

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/12/2024	31/12/2023
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	476.491	466.872
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	79.080
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	476.491	387.792
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	13.233	35.767
Aplicações financeiras	3.710	9.304
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	50.556
Debêntures	412.961	-
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	396.018	(5.485)
Exposição líquida total a taxas de juros	80.473	382.307

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2024;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 31 de dezembro de 2024, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2024	Exercício até 31 de dezembro de 2025				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	0,12150	0,1215	0,06075	0,0911	0,1519	0,1823

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2024	Exercício até 31 de dezembro de 2025				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	13.233	13.233	12.429	12.027	15.243	15.645
Efeito de ganho (perda)			-	(804)	(1.206)	2.010	2.412

Passivos financeiros		31/12/2024	Exercício até 31 de dezembro de 2025				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	Variação CDI	412.961	412.961	387.874	375.330	475.679	488.223
Efeito de ganho (perda)			-	25.087	37.631	(62.718)	(75.262)
Efeito de ganho (perda), líquido			-	24.283	36.425	(60.709)	(72.850)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 4,41% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas no final do exercício

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Debêntures	746	58.971	353.244	412.961
Fornecedores, incluindo confirming	23.016	-	-	23.016
Total	23.762	58.971	353.244	435.977

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

24 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A.	Risco Operacional	0000006064	dez/2024 a dez/2025	571.103
Sompo Seguros	Resp. Civil	5100004603	Jun/2024 a Jun/2025	20.000
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro e Garantia	51750021272	mai/2024 a mai/2025	4.037
				595.140

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$ 4.037.

25 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes da Companhia) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Dessa forma, a Companhia conta com apenas um segmento operacional.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da Companhia refere-se a:

- Conforme nota explicativa nº5, a Administração vinha discutindo com a SES-AM através de protocolos e ofícios o recebimento das parcelas vencidas que estavam sendo tratadas junto a negociação de reequilíbrio econômico dos contratos de concessão. Foram efetuadas a quitação de 3 parcelas em 2024 e o restante programada para o mês de janeiro de 25. Os R\$ 10.558 remanescente foram recebidos em 31/01/2025.
- Em 24 de fevereiro de 2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da Companhia no montante R\$19.000, nos termos do §2º do artigo 23º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023 que foram pagos em 29 de novembro de 2024.

27 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Compensação de IRPJ/CSLL	11.824	6.130

28 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2025.

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO
Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3